



Contatos culturais no turismo: uma reflexão sobre os processos de aculturação¹

Karen Vieira RAMOS²

Antônio Marcus Lima FIGUEIRÊDO³

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus – BA)

RESUMO: Este artigo objetiva explicar, através de uma breve revisão bibliográfica, os contatos culturais proporcionados pelas atividades turísticas. Tendo como aporte teórico autores da antropologia, do turismo e dos estudos que fazem a interface entre as duas áreas de conhecimento, pretende desmistificar a idéia de possibilidade de esfacelamento da cultura nativa frente à visitação turística. Para tanto, procura conceituar antropologicamente o turismo como prática cultural, explicando através da noção de “aculturação” como ocorrem as negociações simbólicas ou trocas interculturais entre turistas e nativos.

PALAVRAS-CHAVE: aculturação; cultura; turismo; trocas interculturais.

Somente há pouco mais de meio século, pesquisadores da área de Ciências Sociais mostraram-se motivados a estudar o turismo, o que para Barreto (2003) é um paradoxo. O turismo, e todas as atividades que envolve, constitui-se essencialmente pelo deslocamento de pessoas e pelo contato entre elas. A partir da percepção das relações inter-pessoais proporcionadas pela atividade turística podemos vislumbrar os diversos aspectos que podem ser abordados pela antropologia⁴. Barreto (2003) realiza quase que uma “crônica” dos estudos de antropologia aplicada ao turismo e constata que a maior parte desses estudos tem focalizado, em especial, os impactos nas culturas receptoras, os processos de aculturação e as questões de autenticidade.

Apesar de demonstrar uma preocupação excessiva com a aculturação, com os impactos que certas formas de turismo provocam – especialmente o cultural e o étnico, com as supostas relações assimétricas estabelecidas a partir da relação “turista-anfitrião”, e com as

¹ Trabalho apresentado na NP Comunicação, Turismo e Hospitalidade, VIII Nupecom - Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Cultura & Turismo e bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus – BA). Atualmente é professora do curso de Comunicação Social da UESC, e-mail: ramos.karen@gmail.com

³ Mestre em Cultura & Turismo e bacharel em Comunicação Social pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Ilhéus – BA). É professor do curso de Comunicação Social da UESC (Ilhéus-BA) e de Jornalismo da FACSUL (Itabuna-BA) e-mail: antonio_uesc@yahoo.com.br

⁴ Urry (2001) constata que há pouca fundamentação também na sociologia do turismo. O autor, em sua obra *O Olhar do turista* faz um apanhado das principais contribuições destes estudos.

possíveis descaracterização e comercialização das culturas, Barreto (2003, p. 26) atesta a importância das Ciências Sociais na formação de um “saber-fazer”⁵.

O grande paradoxo do turismo é que essa atividade coloca em contato pessoas que não enxergam a si mesmas como pessoas, mas como portadores de uma função precisa e determinada. Ajudar a entender os processos psicossociais desencadeados pelo fenômeno turístico, as expectativas, desejos, satisfações e frustrações das populações anfitriãs e dos turistas, as motivações para agir de uma ou outra maneira, a busca para além da simples viagem, a dinâmica cultural em que o turismo está inserido, a diversidade de interesses e necessidades sociais que o turismo afeta, enfim, seus dilemas e paradoxos seria uma enorme contribuição das ciências sociais para o planejamento equilibrado de um turismo responsável.

É inegável que o turismo potencializa o contato com o outro. Por se caracterizar pelo deslocamento de pessoas para lugares nos quais não residem, o turismo possibilita o confronto entre turistas e comunidades receptoras. A partir de uma revisão bibliográfica, tal qual propõe GIL (1999), abordaremos no presente artigo, a questão do contato com o outro a partir do turismo e como essas relações muitas vezes foram tratadas só sob o enfoque da verticalidade. Nesse sentido, serão esclarecidas noções das ciências sociais, a exemplo do fenômeno conhecido como aculturação. Antes porém, entenderemos o turismo como fenômeno inserido em um universo simbólico específico – a sociedade capitalista. Trata-se, portanto, de uma tentativa de trazer um suporte conceitual que explique a influência das práticas turísticas nas comunidades receptoras, bem como o seu oposto. O desafio está em compreender as relações entre turistas e anfitriões como uma constante negociação simbólica, entendendo que há uma reciprocidade nestas relações, como em qualquer outro tipo de contato cultural.

O turismo enquanto uma prática cultural

“Nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem” (SAHLINS, 2003, p. 170), inclusive, é claro, o que é produzido e consumido na sociedade ocidental, que é um sistema simbólico específico. Sahlins (2003) explica que a escolha da carne de boi para que sirva de alimento, pela sociedade americana em detrimento do uso da carne de cachorro, por exemplo, carrega uma razão cultural. A razão pela qual os americanos determinam que a carne de cachorro não seja considerada comestível e a de boi seja, as motivações pelas quais os homens usam calças e as mulheres usam saias (ou seja, a presença de uma razão cultural para os nossos hábitos

⁵ Utilizando a expressão cunhada por Banducci Jr. e Barreto (2001). Para os autores, “a conciliação entre o como fazer – o planejar - o produto turístico e o olhar sobre o fenômeno social e cultural que se produz no momento em que acontece o consumo desse produto, com o primeiro repensando-se à luz das pesquisas do segundo, seria o resultado de uma antropologia aplicada ao turismo. É um diálogo pendente entre o fazer e o refletir” (p.12)

alimentares e de vestuário), ultrapassam as necessidades físicas e estão conectadas com o “valor de uso” – a dimensão do consumo entrando na dinâmica da produção: “uma casa desocupada não é uma casa” (p. 169).

Existe, portanto, uma razão cultural para a criação e a movimentação de bens na sociedade americana, pautada por “avaliações específicas de comestibilidade e não-comestibilidade” (SAHLINS, 2003, p. 171) e não necessariamente justificável por vantagens biológicas, ecológicas e/ou econômicas. Não deixamos de comer carne de cachorro por ela não possuir o valor nutricional necessário para a nossa sobrevivência. Como explica o antropólogo, estas escolhas carregam uma razão cultural como tudo o que fazemos.

Essas reflexões a respeito de como os hábitos da sociedade ocidental estão inseridos em um sistema de signos – a cultura – servem para salientar como a economia ou os fenômenos relacionados a ela – por vezes tratados com um dos ‘setores’ da vida social, assim como a política e a história – devem ser compreendidos também como produtos de caráter simbólico, fruto desta rede de “relações” que nos guia. E, como afirma Sahlins (2003, p. 168), até o capitalismo, mesmo com a sua organização ostensiva por e para a vantagem pragmática, não pôde escapar da constituição cultural de uma práxis só aparentemente objetiva. Mesmo aparentando ser “uma consequência objetivizada do comportamento prático”, a economia é mais bem vista como “uma organização social de coisas, pelos meios institucionais do mercado, mas de acordo com um projeto cultural de pessoas e bens” (SAHLINS, 2003, p. 167). Ressalta-se então, o valor cultural das coisas, dos objetos e de como estes foram produzidos.

Qualquer agrupamento humano sobrevive de uma maneira específica, se reproduz como certos tipos de homens e mulheres, classes sociais e grupos, defende Sahlins (2003). Neste sentido, o turismo, enquanto fenômeno que teve o seu nascimento no capitalismo, mas cujas raízes estão nos primeiros deslocamentos humanos, também pode e deve ser analisado sob o enfoque de um fenômeno cultural, como veremos à medida que o texto se desvela.

Várias definições sobre o turismo têm sido elaboradas. Muitas delas se circunscrevem nas redes de relações economicamente estabelecidas. Diversos autores trabalham com a idéia de que o turismo é um fenômeno da modernidade e está vinculado ao capitalismo em função do aumento das horas de lazer e do desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte⁶.

⁶ Ver, entre outros, Urry, 2001; Barbosa, 2002 e Moesch, 2002.

O turismo, atividade característica da sociedade industrial, nasceu no século XIX com a finalidade de desfrute do tempo livre. O segmento econômico fundamental continuou sendo a indústria da transformação durante todo o século XX e o tempo livre tinha como finalidade principal recompor a força de trabalho tanto física quanto psicologicamente. “Agir como turista é uma das características definidoras do ‘ser moderno’ e liga-se a grandes transformações do trabalho remunerado” (URRY, 2001, p. 17). O turismo de massa, por sua vez, teve início com o crescimento econômico ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, período em que “os enormes progressos em produtividade permitiram aumentar os salários, diminuir os custos de produção e reduzir o horário de trabalho, com o aumento do tempo livre” (VERA *et alli apud* BARBOSA, 2002).

E, nesse sentido, segundo Barbosa (2002), foi criado mercadologicamente o conceito de “indústria do turismo”, noção que se apóia na idéia de que a atividade turística, ou melhor, as atividades que envolvem o setor do turismo utilizam-se de vultosos recursos na economia⁷. Assim, a “transformação do turismo em “indústria” se enquadraria num método de ação na organização do espaço, denominado estratégia da sobrevivência” (p. 86), e seguindo esses moldes, o turismo se utiliza da “geoestratégia”, ou seja, da conquista de novos territórios através da turistificação de novos espaços, envolvendo desta forma, redes de empresas como hotéis, restaurantes, transportes e divertimento (BARBOSA, 2002). Ainda segundo Barbosa (2002, p. 88), se o turismo se tornou uma indústria “sem chaminés”, para alguns ele “deixaria de ser uma prática social e passaria para uma atividade econômica”. São contradições, que, de acordo com a mesma autora, denotam a fragilidade nas suas definições.

Mesmo defendendo o turismo não apenas como uma atividade econômica, Barbosa e outros autores que explicam o fenômeno enfocam as relações estabelecidas pelas atividades turísticas a partir do consumo, enquanto uma prática. De acordo com Moesch (2002) muitas dessas conceituações acabam por ressaltar os efeitos econômicos nos locais receptores. Somente após a Segunda Guerra Mundial foram produzidos conceitos mais alargados sobre o fenômeno. Observando a abordagem de Sahlins (2003) cabe ressaltar que vemos o consumo também como uma prática cultural.

O turismo aqui será entendido a partir de um olhar que valorize as redes de relações sócio-culturais estabelecidas em seus espaços. As conceituações elaboradas por Banducci Jr. (2001) e Moesch (2002) revelam-se mais adequadas: estes autores tratam o turismo como

⁷ Em países como França, Espanha, e Estados Unidos o turismo responde por grande parte de seu PIB (BARBOSA, 2002).

“fenômeno social” por ser uma “combinação complexa de inter-relacionamento” (MOESCH, 2002, p. 9).

Diante de tais abordagens que ora valorizam o aspecto econômico relativo às atividades turísticas, ora se atêm mais aos fenômenos sociais produzidos através do deslocamentos de pessoas, chamamos a atenção para o entendimento de Banducci Jr. (2001), que apresenta duas abordagens para o entendimento do turismo. A primeira abordagem delinea o turismo no sentido *stricto sensu*, como um “tipo específico de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante que é o turista.” (p. 7). Aqui, o turismo é definido ainda pelo tempo de permanência do “viajante” fora de casa e pelo seu estado de espírito. Já a segunda abordagem conceitua turismo como um fenômeno social, “porque faz parte das necessidades criadas pelo mundo moderno”, caracterizando-se como uma das formas de consumo criadas a partir da Revolução Industrial do século XIX: “o turismo passou a ser a forma mais procurada de lazer e, na atualidade, fazer turismo tornou-se uma aspiração de todos os incluídos na sociedade global de consumo” (BANDUCCI JR., 2001, p. 8). Mesmo estando ancorada na “sociedade global de consumo”, por ser uma das “necessidades” e “aspirações” do mundo moderno, o turismo não deve ser tratado apenas sob um olhar economicista, o que significa um reducionismo em seu tratamento epistemológico.

Moesch (2002) segue no mesmo sentido ao criticar o tratamento teórico do turismo apenas como indústria. Tratado como mera atividade econômica, sua análise será repleta de “índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo-benefício entre produção e consumo” – o que limitaria os estudos voltados para o turismo a uma “análise aparente do fenômeno” (p. 12). O turismo é, antes de tudo, uma prática cultural. Para embasar sua definição de turismo, Moesch apresenta autores e conceitos mais amplos que também enfocam as inter-relações pessoais estabelecidas a partir da atividade. De La Torre (*apud* MOESCH, 2002, p. 12), por exemplo, percebe o turismo enquanto “fenômeno social” que, a partir do “deslocamento voluntário e temporário de indivíduos”, acaba “gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.” O homem (turista ou visitante) e não as mercadorias é que se desloca; ou seja, o epicentro do fenômeno é de caráter humano e é

o que impõe complexidades ao esforço de uma argumentação sistemática dessa realidade. Basta que se pense nas séries importantes de interrelações humanas que derivam do comportamento consumidor-turista com os grupos de habitantes do local visitado, enfim, todo o complicado processo de identificação do turista com o grupo ideal ou efetivo que determina a escolha da localidade de destino (MOESCH, 2002, p. 13).

Além de ser uma das necessidades e aspirações advindas com a modernidade, o turismo, como fenômeno imanentemente social, como foi dito, implica o deslocamento de pessoas para locais onde não residem – o que conseqüentemente sugere a possibilidade de contato entre culturas distintas. “Turismo é processo humano, ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico” (MOESCH, 2002, p. 15). Destarte, a concepção de turismo apropriada para observar a inter-relação entre os atores sociais é a de Moesch (2002). Segundo a autora, o turismo é:

Uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. (p. 9).

Em suma, se pensarmos o capitalismo enquanto forma de pensar, como “uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT *apud* LARAIA, 2006); e o turismo como fruto do capitalismo, através do surgimento das férias remuneradas, aumento do tempo livre, da recompensa pelo trabalho etc., então, este pode ser entendido também como uma prática cultural. Para tanto, o turismo deve ser percebido através de “uma visão holística do mundo”⁸, como uma prática cultural, tendo em vista a rede de relações que envolve e o contato entre culturas distintas que proporciona. Propõe-se o estudo do turismo visando não apenas seus impactos ou forma, mas o turismo como um todo, buscando superar as perspectivas maniqueístas que envolvem os estudos sobre a cultura e o turismo.

Definindo aculturação

A Antropologia nasceu com um estranho problema: seu objeto, as culturas consideradas ‘primitivas’, já estaria em vias de ser extinto, fosse pela destruição física, fosse pela destruição cultural a partir do contato com o Ocidente. Assim, aquelas culturas que supostamente não teriam sido modificadas pelo contato, eram bastante valorizadas pela etnologia. Nesta perspectiva, toda mestiçagem das culturas era vista como um fenômeno que alterava sua “pureza” original (CUCHE, 2004, p. 111). A mestiçagem ou o estado de aculturação, sob este ponto de vista, foi por muitas vezes tratado de forma pejorativa e ainda

⁸ Posicionamento adotado por alguns pesquisadores, como Jafari (1990) *apud* Banducci Jr. (2001), que aderiram a denominada “plataforma do conhecimento”, em que buscam superar a perspectiva maniqueísta vigente para tratar o turismo holisticamente, visando não apenas apresentar seus impactos ou forma, mas o turismo como um todo. Busca-se “uma análise mais ampla do turismo, capaz de revelar sua natureza e seu significado no contexto da sociedade ocidental moderna e das comunidades pré-industriais em que ocorre.” (BANDUCCI JR., 2001, p. 30).

hoje, usa-se a expressão ‘indivíduo (ou sociedade) aculturado(a)’ para exprimir um pesar e designar uma perda irreparável (CUCHE, 2004, p. 114).

Nesta esteira, as modificações dos padrões culturais de uma comunidade nativa frente à visitação turística, sempre foi vista em muitos dos estudos na área, com uma grande preocupação. Propomos então que, a partir do estudo do que se constitui como “aculturação”, obtenhamos um novo olhar sobre como ocorrem estas relações, as quais se constituem de negociações simbólicas estabelecidas a partir do contato com o outro.

Recorrendo à origem do conceito “aculturação”, vimos que em 1936⁹, o Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais nos Estados Unidos criou um comitê responsável por organizar pesquisas sobre os fatos de aculturação. O comitê organizou o Memorando para o estudo da Aculturação e tratou o fenômeno como

[...] o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos (CUCHE, 2004, p. 115)

Segundo Cuche (2004), os antropólogos norte-americanos introduziram em suas análises a idéia de “tendência”, complexificando o conceito simplista e etnocêntrico de aculturação. Este conceito passou a ser visto não como uma pura e simples conversão a uma outra cultura: a modificação da cultura inicial se efetua por “seleção” de elementos culturais emprestados e esta seleção se faz por si mesma segundo a “tendência” profunda da cultura que recebe. O autor prossegue: “a aculturação não provoca necessariamente o desaparecimento da cultura que recebe, nem a modificação de sua lógica interna que pode permanecer dominante” (CUCHE, 2004, p. 118).

Podemos depreender desta noção de Cuche (2004) um sentido menos essencialista para o conceito de “aculturação”. Este não significaria mais necessariamente o esfacelamento de uma cultura perante outra. Assim, compartilhamos com este autor a idéia de que “é preciso levar em conta tanto o grupo que dá quanto o grupo que recebe”, pois “não há cultura unicamente ‘doadora’ nem cultura unicamente ‘receptora’”. Cuche (2004) recorre à Bastide, estudioso que propõe os termos ‘interpenetração’ ou ‘entrecruzamento’ das culturas, em lugar do termo aculturação, pois os primeiros indicam claramente esta reciprocidade de influência que, no entanto, raramente será simétrica (2004, p. 129).

⁹ No Brasil, somente a partir dos anos 50 é que o conceito passa a ser amplamente utilizado por pesquisadores, especialmente após o “Estudo de aculturação dos grupos indígenas brasileiros”, apresentado por Eduardo Galvão na I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953 (LARAIA, 2006).

Entendemos também, que nenhuma cultura existe em “estado puro”, sempre igual a si mesma, sem jamais ter sofrido nenhuma modificação por influência externa. O desenvolvimento dos estudos sobre o contato entre culturas distintas permitiu uma reelaboração do conceito de cultura, concebendo-a com uma dimensão dinâmica:

Não existem, conseqüentemente, de um lado as culturas “puras” e de outro, as culturas “mestiças”. Todas, devido ao fato universal dos contatos culturais, são, em diferentes graus, culturas “mistas”, feitas de continuidades e descontinuidades (CUCHE, 2004, pp. 140-141).

Sodré (2006) também reflete sobre diferença e diversidade apontando como as questões relacionadas a esta última têm sido debatidas no mundo atual, a exemplo da *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*¹⁰, cujo objetivo é transformar em lei a *Declaração universal sobre a diversidade cultural*, criada em 2001.

Ainda segundo Sodré (2006, p. 54): “Os homens não são iguais, nem desiguais [...] são seres singulares, coexistem em sua diversidade”. E, é importante frisar, toda cultura é singular, dinâmica, ou seja, ela muda ao longo do tempo, independentemente dos contatos que venha a estabelecer com culturas diversas. O presente trabalho faz uso deste conceito de cultura, que pode ser mais bem compreendido a partir de Geertz (1989):

O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (p. 15).

Ainda segundo Geertz, a cultura deve ser vista como uma “teia de significados”, o universo simbólico em que o homem está imerso e do qual depende a condição humana – não somente os “padrões concretos de comportamento”, mas todos os “mecanismos de controle extragenéticos” que nos regem. A cultura poderia ser definida também a partir da noção de “consenso”: consenso entre nós e consenso entre outros povos (GEERTZ, 2001). Em outras palavras, não existe natureza humana independente da cultura.

¹⁰ Aprovada em 20 de outubro de 2005, na Conferência Geral da UNESCO, que reforça o conceito incluído, em 2001, na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural que passa a considerar a diversidade cultural como Patrimônio da Humanidade. A Convenção afirma a relação entre cultura e desenvolvimento, na tentativa de criar uma inovadora plataforma para a cooperação cultural internacional. Para isso, o documento dá aos países o direito soberano de “elaborar políticas culturais com a finalidade de proteger e promover a diversidade de expressões culturais”. Além disso, cria “condições para que a cultura floresça e interaja livremente de maneira a gerar benefícios mútuos.” (UNESCO, 2005).

Ou seja, em contraposição à idéia de que a cultura é um conjunto de hábitos, passamos a compreendê-la como todo um repertório simbólico que nos guia, a forma como pensamos. Percebida dessa forma, a cultura derruba a concepção de uma essência humana universal difundida pela perspectiva iluminista e ainda muito presente no senso comum. A noção de uma natureza humana “tão regularmente organizada, tão perfeitamente invariante e tão maravilhosamente simples” não tem lugar nesta concepção de cultura proposta pelo antropólogo americano.

Podemos extrair da compreensão de Geertz sobre a cultura, enquanto sistema simbólico e extragenético, a idéia de que somos individuais mesmo integrando um determinado grupo. Parafraseando o antropólogo, é descendo aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além das similaridades vazias, que poderemos compreender não somente o caráter essencial de cada cultura, mas também os vários tipos de indivíduo dentro de cada cultura (1989, p. 65).

Desta forma, podemos concluir que todo ser humano contém e está contido em uma dimensão simbólica que lhe dá sustento e que norteia todas as suas decisões, constituídas a partir desses símbolos que organizam o mundo e as coisas. Padrões de significados são transmitidos historicamente como um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais seus adeptos se comunicam, perpetuam e desenvolvem seus conhecimentos e suas ações em relação à vida. Neste conceito de cultura, esta não é vista como adorno, adereço. A própria condição humana depende dela: “sem os homens certamente não haveria cultura, mas, de forma semelhante e muito significativamente, sem cultura não haveria homens” (GEERTZ, 1989, p. 61).

Ora, considerando o dinamismo da cultura – nesta dimensão simbólica que se constitui de todo um repertório cultural fluido – e a recusa da idéia de aculturação como um processo em que “culturas puras” se transformariam em “culturas mestiças” a partir do contato, percebe-se que o conceito de cultura não aceita a idéia do esfacelamento de algumas culturas perante outras, a qual é tão difundida na grande maioria das pesquisas que relacionam turismo e antropologia. “A cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um.” (GEERTZ, 1989 p. 64). Independente dos contatos que uma determinada cultura venha a estabelecer, entendemos que “tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (GEERTZ, 1989 p. 64).

O contato e a questão das mudanças culturais

Banducci Jr. (2001) faz um panorama dos estudos sobre turismo atrelados à antropologia social, em sua maioria, voltados para o estudo da interferência das atividades turísticas nas comunidades receptoras. Mas o autor também mostra que há outras mediações que participam do processo: “a modernização, a mídia, a urbanização entre outros fatores, têm contribuído para o processo de desestruturação de culturas particulares tanto quanto ou ainda mais que a presença do turismo” (BANDUCCI JR., 2001, p. 29).

A idéia embutida nas palavras de Banducci Jr. (2001) quando se refere à “desestruturação de culturas particulares” é a noção da possibilidade de esfacelamento de uma cultura perante outras a partir do turismo e de suas atividades, ainda que este não seja a causa primeira desses processos chamados de “aculturação”. Como vimos, as mudanças culturais ocorrem independente do contato com culturas distintas. Ao turismo cabe a função de ser um dos principais fatores a proporcionar “a troca de informações interculturais” através de sua rede complexa de “interrelacionamento” por estimular, potencializar o contato. Por isso, não é o único vetor responsável pelas mudanças que ocorrem nas culturas. Esta idéia está de acordo com o conceito de cultura que temos em vista.

Contrariando as teorias que afirmam que culturas podem “morrer” quando em contato com outras consideradas “mais fortes”, Sahlins (1997) afirma que a cultura, enquanto objeto de estudo da antropologia, não está em vias de extinção. Culturas ditas tradicionais não se acabam perante as práticas e políticas do “Sistema Mundial”; não se dissolvem, nem desmoronam frente aos movimentos hegemônicos da atividade ocidental, como foi difundido pelas “teorias do desalento”¹¹, apregoadas a partir dos anos 50 do século passado. Por outro lado, não podemos simplificar esta relação. Como apresentado por Sahlins, as idéias de “florescimento” ou “intensificação cultural” pós-contato se tornaram “clichês antropológicos”:

Ao invés da Grande Narrativa da dominação ocidental, portanto, um outro modo de lidar com a constatação antropológica usual de que os outros povos não são tão facilmente deculturados seria reconhecer o desenvolvimento simultâneo de uma integração global e de uma diferenciação local (Bright e Geyer *apud* SAHLINS, 1997, p. 57).

De acordo com Guattari e Rolnik (1996), as culturas não-ocidentais constituem territórios cujas formas de subjetivação são de natureza diferente da capitalística, chamadas de

¹¹ De acordo com Sahlins (1997, p. 51) as teorias do desalento ou *despondency theory* possuíam os mesmos pressupostos das teorias da modernização: perante os séculos de imperialismo ocidental e de busca de desenvolvimento, seriam devastadas as instituições, valores e consciência cultural dos “povos (ex) aborígenes” de todo o mundo – ou seja, os povos ditos “tradicionais” seriam “deculturados”.

“singulares” por se constituírem em oposição à produção da subjetividade capitalística, aos “modos de encodificação preestabelecidos”, aos “modos de manipulação e telecomando”; trata-se de outros modos de existência. No entanto, esta tem buscado integrar esses outros territórios em seu sistema de subjetivação, impulsionando de maneira “aparentemente democrática” a produção de formas culturais particularizadas.

Esta produção e sua integração ao Sistema Mundial, porém, por se tratar de uma falsa democracia, acontecem através de sistemas de segregação que subordinam esses territórios a partir de uma categoria geral da cultura, expressa, para Guattari e Rolnik (1996) na noção de cultura-valor¹²:

Conservamos o antigo sentido da palavra cultura, a cultura-valor, que se inscreve nas tradições aristocráticas de almas bem nascidas, de gente que sabe lidar com as palavras, as atitudes e as etiquetas. A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder (p. 20).

Assim, os processos de singularização operados nesses territórios não-ocidentais são reapropriados e integrados aos sistemas capitalísticos, como explicitam Guattari e Rolnik: “Há processos de singularização em práticas determinadas, e há procedimentos de reapropriação, de recuperação, operados pelos diferentes sistemas capitalísticos” (p. 23). Contudo, eles podem continuar a produzir formas de vida singulares, permanecendo únicos, não simplesmente morrendo e se transformando em formas locais de uma suposta cultura global.

Acreditamos, destarte, conforme Sahlins (1997) que a propensão para a homogeneidade e para a heterogeneidade não são mutuamente exclusivas: “A fragmentação étnica e cultural e a homogeneização modernista não são dois argumentos, duas visões opostas daquilo que está acontecendo hoje no mundo, mas sim duas tendências constitutivas da realidade global” (Friedman, 1990 *apud* Sahlins, 2001, p. 58). Geertz (2001), ao refletir sobre as novas configurações espaciais que o mundo vem adquirindo, com a desintegração de grandes blocos e conceitos integralizadores e totalizantes, acredita que o “panorama mundial [...] está ficando mais global e mais dividido, mais completamente interligado e mais intricadamente compartimentalizado, ao mesmo tempo. O cosmopolitismo e o provincianismo já não se opõem, ligam-se e se reforçam (p. 216).

Ainda de acordo com Sahlins: “Justamente por participarem de um processo global de aculturação, os povos “locais” continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos

¹² Há outros dois sentidos para cultura para Guattari e Rolnik (1996, pp. 18-9): cultura-alma coletiva – aquela que todo mundo tem e diz respeito a um povo ou uma minoria social – e cultura-valor – cultura como distinção social: alguns têm cultura e muitos não têm cultura.

como o fazem” (1997, p. 57). Contrariando o “pessimismo sentimental” que “espera” pelo “fim das culturas”, Sahlins (1997) acredita que as culturas supostamente em desaparecimento, ao contrário, estão se proliferando em todas as direções, quando foram pensadas como fadadas à homogeneidade do mercado global (SAHLINS, 1997, p. 52).

Para Santos (2005), a idéia de uma cultura nativa que se esfacela perante a assimilação de traços da cultura do turista, mais poderosa em sua “essência”, tanto subestima as estratégias de resistência e negociação acionadas pelos moradores locais, como obscurece os sentidos das ações das quais os turistas são agentes. A relação entre turista e nativo, conscientes ou não desta possibilidade, deve ser examinada pelo viés da negociação, em que ambas as partes participam do processo, contendo e resistindo, enfim, participando da construção do outro. É o que também defende Grunewald (2001):

[...] isso não deve necessariamente ser percebido apenas pelo ângulo do paradigma da aculturação, pois o seu inverso pode se sobressair com o surgimento de vários novos elementos culturais de caráter tradicional entre a população hospedeira. Não se trata de perceber a perda gradativa de uma cultura local, mas a etnicidade acionada relacionalmente por entre fluxos translocais de cultura que pode promover uma reviravolta na aparência dos nativos que passam a se exibir ocupando um lugar determinado no quadro geral de uma sociedade e - no caso aqui contemplado - através de sua atuação prática numa arena turística, isto é, num espaço polissêmico onde ocorrem interações geradas pela atividade turística. (p. 128).

O pensamento de Grunewald a respeito de como pode ser encarado o encontro entre culturas distintas é contrário a uma visão essencialista, em que a relação entre colonizadores e colonizados tem inevitavelmente como resultado a aculturação dos grupos nativos. Esta visão tem sido superada pelas interpretações que trazem à tona formas de negociação simbólica que ocorrem entre os grupos, ilustradas pelas mudanças de hábitos ocorridas também nos colonizadores. No entanto, essas interpretações também podem se transformar numa outra forma de visão essencialista ao não considerar as relações de poder existentes no contato. Como diz Renato Ortiz (1994):

Quando se define o contato cultural como a conjunção de dois ou mais sistemas culturais autônomos, o que se está fazendo é dissociar a cultura de sociedade. Não se considera, assim, as ‘situações’ histórico-sociais no interior das quais se realiza o contato (p. 95).

Ainda de acordo com Ortiz, as análises críticas a esses estudos sobre aculturação que pressupõem um “mundo onde não se manifestam as relações de poder” (p. 95), nos alertam para o erro de se considerar hoje o turismo como um fenômeno que incentive esse movimento vertical, em que há a interferência de uma ‘cultura’ que provoca a supressão da população

nativa; ou, o que também constitui um erro, considerar que há uma igualdade de poder nessas relações.

Considerações finais

Enfim, percebemos como o turismo é essencialmente um fenômeno social, sendo portanto, cultural. Ao apresentarmos como a cultura e o turismo estão entrelaçados, percebemos o turismo enquanto uma prática cultural, cujos surgimento e desenvolvimento se deram em um momento específico, carregando traços de sua época; ainda apresentamos a atividade turística como o encontro de pessoas de localidades distintas – os inter-relacionamentos.

Encontramos um conceito de cultura alargado que nos permitiu compreender a complexidade dos fenômenos que ocorrem quando do contato entre culturas distintas. À luz da Antropologia, trabalhamos com cultura entendida como a “rede de significados” que nos guia, essencialmente dinâmica e constantemente reconstruída, independente dos contatos estabelecidos com o outro. Este conceito nos permitiu compreender as redes de relações mantidas entre povos distintos frente ao “Sistema Mundial”, fenômeno que atualmente apresenta-se sob a configuração do que chamamos de globalização. O turismo, como o conhecemos, encontra-se no bojo dessas discussões. Constantemente visto sob o prisma econômico, neste trabalho tratamos o turismo – suas práticas – como construções culturais. Primeiro, por fazer parte de um contexto histórico e cultural a partir do momento que se insere no cenário da sociedade moderna; e depois, por ser extremamente social, por proporcionar o encontro entre culturas distintas.

Entendendo a cultura como algo que nos modela – e continua nos diferenciando de todos os outros - é que reconhecemos que, a partir das negociações simbólicas estabelecidas entre nós e os nossos outros ou entre turistas e nativos, o quanto somos demasiadamente humanos/culturais. Tomando as palavras de Geertz (1989, p. 38) “nem um ser subcultural imutável, nem um consenso de cruzamento cultural estabelecido”, enfim, fruto destas trocas interculturais.

Referencias

ARAÚJO, Silvana Miceli de. Artifício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. In: BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BANDUCCI JR. Álvaro; BARRETTO, Margarita (orgs.) Introdução. In: **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.



BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes Antropológicos, 2003, vol.9, n. 20. p. 15-29.

BARRETO, Margarita. Turismo e tradições inventadas. Disponível em:
<http://www.ielusc.br/inst/turismo/arquivos/artigo02.pdf>
Acesso em: Fevereiro de 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru : EDUSC , 2004.

GEERTZ, Clifford **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

_____. **Nova luz sobre a antropologia** Rio de Janeiro, Jorge Zahar,
1997, 248 pp.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e o “resgate” da Cultura Pataxó. In: BANCUDUCCI JR., Álvaro; BARRETO, Margarita. (orgs.) **Turismo e identidade local: Uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001

_____. Turismo e etnicidade. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2003. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000200008&lng=en&nrm=iso. Access on: 16 Nov 2006. doi: 10.1590/S0104-71832003000200008.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LABATE, Beatriz. A experiência do "viajante-turista" na contemporaneidade. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa; LUCHIARI, Maria. (orgs.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAHLINS, Marshall. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica**: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). **Mana**. 1997, vol. 3, no. 1, pp. 41-73

_____. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica**: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). **Mana**. 1997, vol. 3, no. pp. 103-150.

_____. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SANTOS, Rafael José dos. **Imagens do turismo, culturas e lugares híbridos em Gramado e Canela, RS**. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do V Encontro de Núcleos de Pesquisa do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação – XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2005.

SODRÉ, Muniz. Diferença e Diversidade. In: SCHULER, Fernando; SILVA, Juremir Machado. **Metamorfoses da cultura**. Porto Alegre: Sulina, 2006 (p. 47-58).



UNESCO.In:http://72.14.207.104/search?q=cache:HKml2ExEfjUJ:www.unesco.org.br/noticias/ultimas/diversidade/noticias_view+conven%C3%A7%C3%A3o+diversidade+cultural+unesco&hl=pt-BR. Acessado em 21/10/2005

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.